

**PINA-CABRAL, João de. SILVA, Vanda Aparecida da.
*Gente Livre: Consideração e Pessoa no Baixo Sul
da Bahia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013. 159p.**

Martina Ahlert
(UnB)

Parentesco, noção de pessoa e relação são algumas categorias fundamentais à antropologia. Em “*Gente Livre: consideração e pessoa no Baixo Sul da Bahia*”, João de Pina-Cabral e Vanda Aparecida da Silva as apresentam a partir de uma rica pesquisa etnográfica realizada em cerca de dez anos (entre 2000 e 2010), na Costa do Dendê, sul do estado baiano. A pesquisa de campo com classes populares dialoga com temas centrais da antropologia feita no Brasil, mostrando a atualidade de perspectivas sobre família e circulação de crianças (como, por exemplo, na obra de Claudia Fonseca), aliança (em Eduardo Viveiros de Castro), campesinato e terra (em autores como Otávio Velho e Klass Woortmann). Igualmente, o livro provoca o leitor a retomar e oxigenar olhares clássicos e consagrados sobre a interpretação do Brasil, como as obras de Gilberto Freyre e de Antonio Candido (como Pina-Cabral já fizera antes, a partir do trabalho de Roberto da Matta, em *A pessoa e o dilema brasileiro*, artigo publicado na revista *Novos Estudos* em 2007).

A multiplicidade destes temas se articula na escrita na igual medida em que aparecem encadeados nas histórias de sujeitos, homens e mulheres, interlocutores da pesquisa. São suas experiências e narrativas que indicam o caminho para a compreensão de uma concepção de pessoa marcada pela partibilidade e pela singularidade, que tem como central a importância da criação (de crianças) e da “consideração”. Para destrançar a complexidade presente nestas vidas e existências, os autores nos apresentam seus interlocutores em experiências ordinárias e, por isso mesmo, cheias de densidade e afetos.

Duas noções são fundamentais nesta obra. A primeira delas é ideia de criação de crianças – as práticas de cuidar, coabitar e acompanhar filhos que não são biológicos. Enquanto recorrente no universo pesquisado, a criação não é vista como problema, pois não compete com a filiação de concepção. Pais de criação, neste sentido, não são percebidos como substituindo pais biológicos. Isto permite que se questione pais biológicos que não se deixam conhecer por seus filhos e que estes,

por sua vez, se sintam incompletos sem saber quem são seus progenitores. Entretanto, antes de um discurso sobre equilíbrio emocional, o que está presente neste sentimento de incompletude é algo sobre a pessoa como alguém que “carrega em si um feixe de preteridades” (p. 23), que é singular ao mesmo tempo em que tem uma “identidade continuada” - visto cada sujeito ser construído (continuamente) por processos de fusão e de contágio com outros.

Contágio e fusão existem na medida em que as pessoas investem umas nas outras e desta maneira, se formam mutuamente. Esse investimento é a consideração: “um gesto de apoio vital que constitui uma codependência constitutiva entre pessoas que se valorizam de acordo com a consideração que recebem” (p. 26). Considerar alguém é assumir uma relação e, para que a consideração exista, é necessária sua constante atualização, através da dispensa de atenção, cuidado e companhia.

Há consideração no âmbito da filiação (tanto de concepção quanto de criação – embora existam diferenças entre elas), mas também nas relações de parentesco mais amplas, na feitura das casas e nas experiências com os “fortes” (ou seja, com aqueles que detêm maior poder, seja pela posse de terras ou por cargos políticos, quando não ambos simultaneamente). Para tratar mais detalhadamente da recorrência da consideração, apresento aqui seu papel na constituição das casas e no cacicado (*patronage*), na medida em que ela não fala apenas sobre a partibilidade dos sujeitos, mas permite pensar sua singularidade, a importância da liberdade e os efeitos do exercício da dominação.

A casa, enquanto instância central da vida local, existe enquanto houverem relações de confiança entre as pessoas que a habitam. Dois princípios de parentesco se destacam nas casas no contexto do Sul da Bahia. O primeiro é uma defasagem entre o ciclo de fertilidade e o ciclo de reprodução doméstica. Isso quer dizer que muitas pessoas se encontram em relações de conjugalidade com filhos apenas quando mais velhas, quando este engajamento já não resulta em cerceamento da liberdade e diminuição da mobilidade (ou migração). O segundo aspecto é a importância da vicinalidade que, diferentemente da ideia de vizinhança, remete a “zonas do tecido habitacional onde surge uma maior densidade de casas aparentadas” (p.95). A coabitação, neste sentido, implica em assumir a conjugalidade e a casa é percebida como um espaço de criação de pessoas.

Da casa partem os contatos e as amizades que se desenham em torno do sujeito e que se tornam visíveis nas situações de entreajuda, microcrédito e cooperação profissional. Essas redes de contato, cuidado e atenção ficam evidentes em uma das situações narradas no livro - a construção da canoa de Mauro. A partir deste episódio, os autores retomam a literatura sobre mutirão e ajuda mútua presente na bibliografia sobre contexto rural e campesinato. O envolvimento dos homens da localidade com esta ação indica formas de trabalho não remuneradas e coletivas, marcadas pela consideração e pela participação das pessoas umas nas outras (e em seus interesses). Por outro lado, mostra ainda que, embora seja preciso considerar os outros, há uma grande valorização da liberdade, o que faz com que cada sujeito ajude de acordo com sua vontade.

Nestes engajamentos são acessadas pessoas entendidas como fortes - os políticos ou donos de terra. A partir da ideia da posse da terra, os autores demonstram como, na inexistência de processos formais que garantam a propriedade (em cenários marcados pela violência e pela expropriação), possuir é algo garantido pela

legitimidade. Logo, quando os fortes dão algo, podem ter consideração, mas também o fazem para manter seu lugar de possuidores como legítimo.

A obrigação – no sentido de estar obrigado com os outros – é aquilo que une o tecido da vida social e provoca a ação dos sujeitos (o que movimenta, o que cria dinamicamente as solidariedades). A questão é perceber quando a obrigação, marcada pela consideração e ao mesmo tempo pela liberdade do sujeito, torna-se violência e dominação. Se, por um lado, “Compete a cada um procurar a sua chance, o seu momento de fortuna, a terra ou a atividade que lhe dará sorte” (p. 77) em uma “insistência sobre a liberdade da pessoa na terra, sobre a sua essencial mobilidade e sobre a forma como a pessoa é o agente último de responsabilidade” (p. 77), o cativo - a dominação, o fim da liberdade - é sempre uma possibilidade.

Os autores colocam, neste sentido, os limites da consideração, ou melhor, trazem à tona sua existência como opcional, destacando a traição e a violência. Nas situações em que há participação mútua, “a hierarquia não diminui a pessoa, mas a consolida” (p. 102). Entretanto, quando uma dívida ou obrigação se torna opressiva, ou seja, quando a relação entre credor e devedor deixa de ter valor ou quando as pessoas se tornam coisas (nos processos de reificação), se instauram situações de dominação e violência. Os fortes, nesse âmbito, estão em vantagem diante dos fracos, pois podem cancelar, a qualquer tempo, as dívidas que possuem com eles porque não se consideram obrigados em relação aos mesmos. Nestes casos, não há reciprocidade, mas ameaça do cativo.

Apresenta-se no livro, portanto, “um mundo onde a liberdade da pessoa singular é um dos valores centrais, mas onde a centralidade desse valor assenta sobre a possibilidade iminente da violência, da desumanização, do cativo” (p. 9). Enquanto arma dos fortes, a violência também seria uma forma dos fracos limitarem sua prepotência, dado seu domínio sempre instável e dependente da legitimidade. Tal relação, contudo, não encontra possibilidade de ser explicitada e aparece sob forma fantasmagórica como algo externo, de maneira que “A violência, pois, é subcontratada a jagunços ou ciganos; é desviada; é escondida por detrás da aparente loucura dos traficantes, dos jovens enlouquecidos pela bebida ou pela droga” (p.121).

Alguns elementos perpassam a análise e a escrita sobre esta forma de vida marcada pela criação, pela consideração e pela violência, e nos remetem a uma discussão sobre antropologia, etnografia, conceitos e categorias. A guisa de encerramento desta resenha, destaco três discussões apresentadas pelos autores durante o livro. Em primeiro lugar, existe uma advertência aos estudos de parentesco e família em classes populares, que nos incita a desconfiar das narrativas sobre a relação entre sexualidade, perfilhação e matrimônio.

Quando falamos de “casamento”, “matrimônio”, “família” – mas também quando usamos os termos analíticos de “aliança” e de “proibição do incesto” – caímos imediatamente no pressuposto de que existe uma relação de isomorfismo necessária entre práticas sexuais, práticas de perfilhação e práticas de coabitação (p.139).

Evitar uma relação *a priori* entre estes elementos permitiria a percepção da diversidade na constituição das famílias em diferentes classes sociais, assim como o papel do tempo nas mudanças das concepções de aliança, afinidade e coabitação. Somente negando o isomorfismo acima mencionado seria possível entender as experiências dos sujeitos no sul da Bahia, que, exatamente quando constituem uma casa onde há habitação de longo prazo,

com afinidade e cofiliação (ou seja, quando estão mais velhos, já tiveram os primeiros filhos e as experiências de mobilidade) vivem experiências caracterizadas pela dissolução da afinidade e pelo estabelecimento da vicinalidade.

Em segundo lugar, é colocada em pauta na obra uma discussão sobre reciprocidade. Muito embora a noção de consideração possa levar a uma interpretação troquista, os autores procuram demonstrar a diferença de sua análise, quando afirmam, por exemplo, que

se pensarmos que a consideração é algo tão formativo no nível pessoal que ela é mesmo antecedente ao próprio surgimento da pessoa, aí a díade da reciprocidade perde a sua clareza e começamos a contemplar laços que são mais facilmente compreendidos dentro de um registro de mutualidade (p. 42).

Os apontamentos sobre reciprocidade nos encaminham para uma revisão da ideia de relação. Importante lembrar que esse exercício, no livro, se fundamenta na experiência etnográfica que colocou como problema a compreensão das situações em que os sujeitos negam a consideração uns para com os outros. Além da pesquisa de campo, em outro nível comparativo, os autores lançam mão da perspectiva de Marilyn Strathern e Monica Konrad e de situações como a nomeação e a doação de óvulos para indicar que, se existe relação, é preciso não esquecer que há ainda um “processo do devir, em que as pessoas se geram mutuamente” (p. 148). Haveria, portanto, uma dinâmica entre relação (vista como fundamental, mas sempre sendo transformada) e fusão (marcada por diferenciação, dado o aparecimento de novas interações fusionais). Antes de uma leitura dualista (que estaria implicada na ideia de relação), a existência humana seria melhor compreendida como copresença, fusão e participação (no sentido dado por Lévy-Bruhl).

Além das diversas contribuições de “Gente Livre”, que remetem à importância dos temas apresentados tanto à antropologia feita no Brasil quanto às questões mais amplas de debate da disciplina, o livro possui como qualidade o mérito das etnografias bem realizadas, que mostram a articulação entre as experiências de campo e a teorização presente na escrita. Mais do que isso, a descrição e a análise do livro colaboram para algumas posturas contemporâneas da antropologia, explicitando como as teorias dos sujeitos sobre suas vidas e as teorias dos antropólogos contribuem para o conhecimento dos modos e possibilidades de existência.

Martina Ahlert é Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).